

UNIVERSIDADE DE DIREITO - UnB
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

PRISCILA BERGMANN HOPF

A Lei 8.666/1993 e a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União

BRASÍLIA
2020

PRISCILA BERGMANN HOPF

A Lei 8.666/1993 e a Jurisprudência do Tribunal de Contas da União

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade de Brasília,
como requisito parcial para à obtenção do
título de Bacharel em Direito.

Brasília, ____ de _____ de 2020.

Professor Dr. Henrique Araújo Costa
Instituto Brasiliense de Direito Público
Professor Orientador

Professor (a)
Universidade de Brasília

Professor(a)
Universidade de Brasília

RESUMO

O presente trabalho trata da modelagem e especificação das funcionalidades básicas de um sistema de pesquisa de jurisprudência, bem como de implementação de suas etapas funcionais iniciais limitada a um escopo de teste. A funcionalidade principal do sistema realiza a pesquisa de decisões relacionadas a cada uma das normas da legislação e retorna esse resultado ao usuário. Por fim, o sistema permitirá incluir funcionalidades para qualificação e validação desse resultado, que pode ser realizado de maneira centralizada ou colaborativa e gradual, de forma a oferecer um resultado mais preciso ao usuário. O presente trabalho buscou desenvolver as etapas básicas e fundamentais desse sistema, de como tratar a colação bruta de decisões do tribunal para selecionar a jurisprudência relacionada a cada norma da Lei n. 8.666/1993. De forma geral, tanto essa metodologia de seleção de jurisprudência, quanto o próprio sistema, são escaláveis a fim de serem replicados para outras leis, em especial para aquelas que contam com vasta jurisprudência na Corte de Contas, considerando que já se dispõe da base de dados de suas decisões.

Palavras-Chave:

Tecnologia da informação; jurisprudência; publicidade; pesquisa de jurisprudência; licitações e contratos; Lei 8.666/1993; banco de dados; sistema; solução de tecnologia; escalabilidade; colaboração; ferramenta colaborativa

ABSTRACT

This work deals with the modeling and specification of the basic functionalities of a jurisprudence research system, as well as the implementation of its initial functional steps limited to a test scope. The main functionality of the system performs the search for decisions related to each of the legislation rules and returns this result to the user. The system will also allow the inclusion of functionalities for the qualification and validation of this result, which can be done in concentrated or collaborative ways, in order to offer a more accurate result to the user. The present work sought to develop the basic and fundamental steps of this system, of how to deal with the gross collation of court decisions to select the jurisprudence related to each rule of Law 8.666/1993. In general, both this jurisprudence selection methodology, as well as the system itself, are scalable in order to be replicated to other laws, especially those that have extensive jurisprudence in the Court of Auditors, considering that its database is already available.

Key words:

Information Technology; jurisprudence; jurisprudence research; bids and contracts; Law 8.666/1993; database; system; technology solution; scalability; collaboration; collaborative tool

ABREVIATURAS

TCU – Tribunal de Contas da União

RITCU – Regimento Interno do Tribunal de Contas da União

LOTCU – Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União

MPTCU – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União

AUFC – Auditor Federal de Controle Externo

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

BD – Banco de Dados

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

URL – Uniform Resource Locator

CSV – Comma Separated Values

SQL – Structured Query Language

NoSQL – Non Structured Query Language

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1. Conceitos gerais e escopo do trabalho	8
1.1. A importância da disseminação da jurisprudência	8
1.2. A escolha da Lei n. 8.666/1993 relacionada à jurisprudência do TCU como escopo inicial deste trabalho.....	9
1.3. Características gerais do sistema	10
1.4. Outras ferramentas e métodos de pesquisa de jurisprudência.....	11
1.5. Natureza, jurisdição e processo no TCU	12
Capítulo 2. Modelagem do sistema	17
2.1. Tipos de decisões do TCU e suas características	17
2.2. Corte temporal	18
2.3. Exclusão dos acórdãos de relação	18
2.4. Seleção dos acórdãos que mencionam a Lei n. 8.666/1993	20
2.5. <i>Strings</i> de pesquisa textual e conjunto de acórdãos com referencia à Lei n. 8.666/1993.....	22
2.6. Pesquisa dos dispositivos	23
Capítulo 3. Características técnicas do sistema.....	25
3.1. Base de Dados dos Acórdãos do TCU	25
3.2. Plataforma de análise dos dados e construção do modelo.....	26
Conclusões.....	27
Referências bibliográficas	28

Introdução

O presente projeto cuida do desenvolvimento das funcionalidades básicas e essenciais de pesquisa de jurisprudência que irá compor um sistema que exhibe a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a Lei n. 8.666/1993.

Essa ferramenta oferecerá uma forma simples e eficiente de consulta à jurisprudência, muito útil a gestores públicos, de todas as esferas governamentais, que lidem com licitações e contratações governamentais, assim como a estudantes e operadores do Direito.

A interface do sistema com o usuário deverá elencar as normas da Lei 8.666/1993, as quais, ao serem selecionadas pelo usuário, exibem as decisões do Tribunal de Contas da União que possuam jurisprudência relacionada àquela norma.

Outra característica importante da ferramenta ora proposta é sua escalabilidade. O modelo pode ser replicado para outras leis e para as respectivas jurisprudências de outros Tribunais. Num primeiro momento, uma vez que já se dispõe de acesso à base de dados das decisões do Tribunal de Contas da União, é interessante estender a sistemática para outras leis no âmbito do Direito Administrativo que encontram farta jurisprudência naquela Corte, tais como a Lei Geral de Concessões e Permissões (Lei n. 8.987/1995), o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (Lei n. 12. 462/2011), a Lei do Pregão (Lei n. 10.520/2002), o Estatuto Jurídico das Empresas Estatais (Lei n. 13.303/2016), a Lei que trata do processo Administrativo Federal (Lei n. 9.784/1999), a Lei que trata de Bens Públicos (Lei n. 10.405/2002), assim como a própria Lei Orgânica do TCU (Lei n. 8.443/1992).

A colaboração e interatividade são outras características que podem ser implementadas nas funcionalidades do sistema para permitir o aprimoramento das informações oferecidas. Uma vez realizado o trabalho computacional de seleção e ligação da jurisprudência às normas, a validação ou o aprimoramento do resultado fornecido dependem de interação humana, que consiste em avaliar se as decisões fornecidas estão coerentes com o dispositivo legal relacionado. Essa tarefa pode ser

executada de forma centralizada, por operador dedicado, ou mesmo de forma colaborativa pelos próprios usuários do sistema, por meio de ferramenta que colha uma avaliação dos usuários acerca das decisões fornecidas, que será utilizada para aprimorar, de forma recorrente o resultado inicial.

O sistema proposto não é uma ferramenta estática, até porque o trabalho de produção e consolidação de jurisprudência pelos Tribunais é, por essência, dinâmico. Dessa forma, tanto a etapa computacional, quanto a etapa de validação constituem processos contínuos, que permitem que a saída do sistema se torne, ao longo do tempo, cada vez mais alinhada com a produção e evolução jurisprudencial dos tribunais.

Portanto, este trabalho tem um cunho prático, na medida em que propõe o desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica que auxilie na resolução de um problema do mundo real, que é desenvolver uma metodologia para o tratamento dos dados, visando à disponibilização da jurisprudência da Lei n. 8.666/1993, organizada de acordo com seus dispositivos. Sugere, ainda, a extensão do sistema para outras normas que sejam objeto de recorrentes decisões na Corte de Contas.

O Capítulo a seguir dispõe sobre mais aspectos que justificaram o desenvolvimento do sistema, seus benefícios e potencialidades. Trata da importância do conhecimento jurisprudencial da Lei n. 8.666/1993 para os operadores do direito, gestores públicos e estudantes, da diferença da ferramenta ora proposta para aquelas já existentes e, por fim, das vantagens da concepção de um sistema escalável e colaborativo. O Capítulo 2 explica a metodologia de desenvolvimento, em especial, como o sistema realiza internamente a pesquisa, delineando, também, as etapas até então implementadas. No Capítulo 3, são apresentados os elementos técnicos utilizados: banco de dados e plataforma de análise de dados. Por fim, o Capítulo 4 traz a conclusão deste trabalho e menciona proposta de aprimoramento e continuidade.

1. Conceitos gerais e escopo do trabalho

1.1. A importância da jurisprudência no Direito Brasileiro

Embora o Brasil adote o sistema jurídico romano-germânico, ou Civil Law, que pressupõe o Direito escrito e, por consequência, a lei como fonte principal e imediata do Direito. No entanto, cada vez mais, a observância dos julgados anteriores dos

Tribunais tem sido relevante na construção e fundamentação de novas decisões, numa aproximação, ainda que incipiente, do sistema Common Law.

Segundo a classificação de Miguel Reale, jurisprudência é “a forma de revelação do Direito que se processa através do exercício da jurisdição, em virtude uma sucessão harmônica de decisões dos tribunais” (Reale, 2003, p. 167). Ainda segundo o autor a jurisprudência constitui uma das fontes de fonte de direito. Estas são definidas como “processos dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória, isto é, com vigência e eficácia no contexto de uma estrutura normativa. O direito resulta de um complexo de fatores que a Filosofia e a Sociologia estudam, mas se manifesta, como ordenação vigente e eficaz, por meio de estruturas normativas, que são o processo legislativo, os usos e costumes jurídicos, a atividade jurisdicional e o ato negocial”. (Reale, 2003, p. 139).

Portanto, o conhecimento das decisões judiciais relacionadas à determinada norma jurídica é de grande valia para os operadores do direito.

O termo jurisprudência vem do latim *jus* (justo) e *prudencia* (prudência), é o termo jurídico que designa o conjunto de decisões sobre interpretações das leis, realizadas pelos Tribunais de uma determinada jurisdição.

(...)

A jurisprudência pode ser uma regra baseada em casos, ou em decisões legais que se desenvolveram e que acompanham estatutos na aplicação de leis em situações de fato.

A jurisprudência pode ser conceituada tanto em termos gerais quanto pela ótica do caso particular.

Sob a primeira perspectiva é definida como o conjunto das soluções dadas pelos tribunais às questões de Direito.

Para a segunda, denomina-se jurisprudência o movimento decisório constante e uniforme dos tribunais sobre determinado ponto do Direito.

A jurisprudência representa fonte escrita do Direito; e para que possamos compreendê-la em sua inteireza, deve ser realizada uma distinção entre três figuras decisórias emanadas pelo Poder Judiciário (decisão isolada, jurisprudência assentada e súmula). (Normas Legais, 2020)

1.2. A escolha da Lei n. 8.666/1993 relacionada à jurisprudência do TCU como escopo inicial deste trabalho

Optou-se por desenvolver o sistema com escopo inicial na Lei n. 8.666/1993, devido à importância dessa lei para a Administração Pública como um todo, não só no âmbito federal, mas também para as demais unidades federativas.

Em especial, o conhecimento sobre a jurisprudência do TCU acerca da Lei de Licitações e Contratos pode aprimorar a qualidade do serviço dos gestores

públicos e daqueles que, de alguma forma, gerenciam e utilizam recursos federais ou firmam negócios jurídicos com a administração pública.

Importante ressaltar que a abrangência da utilização desse conhecimento não se restringe ao âmbito federal. Uma grande quantidade de convênios e de contratos de repasse é firmada entre a União e Estados e Municípios, demandando que estes entes apliquem os recursos oriundos das transferências voluntárias nos moldes da lei federal de licitações, devendo, ainda, prestar contas quanto à correta utilização desses valores.

Outro ponto importante sobre a repercussão da Lei n. 8.666/1993 é seu caráter de norma geral, conforme estabelecido em seu art. 1º:

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sendo assim, as normas de caráter geral dispostas naquela lei não podem ser contrariadas pelos demais entes federativos, quando do exercício de sua competência legislativa, porém podem ser suplementadas. Portanto, o conhecimento e a correta interpretação de seu conteúdo também podem servir de norte para questões complexas que tratem da mesma matéria no âmbito estadual, distrital ou municipal.

A metodologia proposta também pode ser aplicada e replicada para outras leis e respectivas jurisprudências de outros Tribunais, de forma escalável.

Ainda se atendo ao âmbito da jurisprudência do TCU, é possível, por exemplo, aplicar a metodologia para ampliar a abrangência do sistema para que apresente também as decisões da Corte acerca da Lei Geral de Concessões e Permissões (Lei n. 8.987/1995), o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (Lei n. 12. 462/2011), a Lei do Pregão (Lei n. 10.520/2002), o Estatuto Jurídico das Empresas Estatais (Lei n. 13.303/2016), a Lei que trata do processo Administrativo Federal (Lei n. 9.784/1999), a Lei que trata de Bens Públicos (Lei n. 10.405/2002), assim como a própria Lei Orgânica do TCU (Lei n. 8.443/1992).

1.3. Características gerais do sistema

Um dos grandes desafios atuais é balancear o aumento da demanda junto aos Tribunais, que tem levado ao crescimento na produção de decisões, assim como de sua complexidade, com a limitação da disponibilidade de mão de obra no setor público. Esse novo contexto requer, cada vez mais, a otimização dos recursos humanos mediante o desenvolvimento de soluções computacionais para aquelas tarefas que o permitam.

Noutro giro, a jurisprudência está em constante evolução e, por isso, uma característica importante da ferramenta é a flexibilidade de sua atualização, na medida em que pode disponibilizar novas decisões, recentemente incluídas na base de dados.

Primeiramente, cabe ressaltar que o objetivo final não é fornecer uma jurisprudência consolidada sobre cada dispositivo, mas sim, elencar todas as decisões importantes do Tribunal que se relacionem a determinada norma, podendo ser acrescentadas, segundo alguns critérios que serão sugeridos, funcionalidades que atribuam maiores graus de importância para determinadas decisões.

A partir da análise e conhecimento das características das decisões da Corte de Contas, buscou-se desenvolver uma metodologia que embase a implantação de um sistema de disponibilização de jurisprudência que seja acessível, possibilitando a utilização por grande número de usuários; de fácil atualização, para acompanhar a constante produção de novas decisões; escalável, de forma que a modelagem possa ser replicada para a disponibilização de jurisprudências de outras leis; e adaptável, permitindo que sejam implementadas ferramentas de validação e classificação do resultado oferecido, para uma melhor experiência do usuário.

1.4. Outras ferramentas e métodos de pesquisa de jurisprudência

Atualmente, o Portal do Tribunal de Contas da União dispõe de ferramentas para a pesquisa de jurisprudência que possuem características diferentes do sistema ora proposto.

No primeiro tipo de pesquisa requer um maior esforço do usuário para garimpar os resultados fornecidos. Está disponível no portal disponível em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/pesquisa/acordao-completo>>. O usuário deve fornecer um termo de pesquisa e indicar em qual campo, dentro de uma lista, ele dever ser buscado. O sistema então pesquisa, na base de dados bruta de decisões do TCU, no respectivo campo indicado, o termo fornecido pelo usuário, retornando

uma lista heterogênea de resultados, que deve ser investigada pelo usuário para que ele satisfaça sua pesquisa.

Existe também uma pesquisa temática, organizada na forma de uma árvore de classificação com os níveis “Área”, “Tema” e “Subtema”, disponível em <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/pesquisa/acordao-completo>>. Um exemplo desses três níveis seria a área “Contrato Administrativo”, tema “Aditivo” e subtema “Contratação Integrada”.

Esta última pesquisa retorna um resultado mais lapidado para o usuário, porém segue uma estruturação específica e demanda que recursos humanos do Tribunal sejam alocados para a execução de tarefas de organização e atualização dessa estrutura.

Sendo assim, o resultado deste trabalho pode suprir uma lacuna existente com relação às ferramentas de pesquisa de jurisprudência atualmente existentes. Os usuários poderão iniciar sua pesquisa a partir de uma norma da Lei n. 8.666/1993, obtendo como retorno um resultado que passou por um tratamento computacional, o que torna essa saída mais confiável e lapidada, sem a necessidade de mobilização de grande quantidade de recursos humanos para execução dessa tarefa.

Ainda que seja possível e desejável adicionar uma etapa de trabalho humano para aprimoramento e validação do resultado gerado pelo sistema, isso não seria feito em uma base de dados bruta, mas partiria de uma pré-seleção confiável de decisões.

1.5. Natureza, jurisdição e processo no TCU

Ao longo do desenvolvimento das funcionalidades que integram o escopo deste trabalho, bem como daquelas que deverão ser implementadas a partir dele, é possível que se depare com elementos que requeiram a o conhecimento de características do Tribunal de Contas da União, como sua natureza, sua estrutura, composição, organização e processos. Desse modo, cabe fazer, inicialmente, uma introdução sobre a matéria.

Conforme preceitua o art. 71 da Constituição Federal, incumbe ao TCU auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, figurando entre suas competências:

- Appreciar anualmente as contas do Presidente da República, por meio de parecer prévio;

- Proceder ao julgamento das contas dos administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, e daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade que cause prejuízo ao erário;
- Appreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, exceto as nomeações para cargo em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões;
- Realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito;
- Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste, etc, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
- Prestar informações solicitadas pelo Congresso Nacional, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;
- Caso verifique ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, aplicar sanções previstas em lei aos responsáveis, incluindo multa proporcional ao dano causado ao erário;
- Ainda em caso de ilegalidade verificada, assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;
- Caso não atendido, sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;
- Representar ao Poder competente sobre irregularidades verificadas;

O Art. 1º da Lei Orgânica do TCU (Lei n. 8.443/1992) enumera mais algumas competências da Corte de Contas, tais como:

- Decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato;

- Decidir sobre consulta formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares que tratem de matéria de sua competência;

O Tribunal é composto por nove Ministros (CF, art. 73, caput, e RITCU, art. 6º) e possui os seguintes órgãos: Plenário, Primeira Câmara, Segunda Câmara, o Presidente, as comissões e a Corregedoria (RITCU, art. 7º). Funciona também junto ao Tribunal o Ministério Público, composto por um procurador-geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores (RITCU, arts. 9º e 58). A Corte conta com quatro Ministros-Substitutos (CF, art. 73, § 4º). O TCU dispõe, ainda, de Secretaria para a prestação de apoio técnico e serviços administrativos, dispondo de quadro próprio de pessoal.

Considerando suas competências, os processos de Controle Externo do Tribunal podem ser dos seguintes tipos:

- Tomada de Contas Ordinária;
- Prestação de Contas Ordinária;
- Tomada de Contas Especial;
- Denúncia;
- Representação;
- Fiscalização, que pode ser dos tipos: inspeção, auditoria de conformidade, auditoria de natureza operacional, levantamento, acompanhamento ou monitoramento;
- Solicitação do Congresso Nacional;
- Atos de Admissão e Pessoal;
- Atos de Aposentadoria;
- Incidentes de uniformização de jurisprudência;
- Parecer Prévio das Contas do Presidente da República
- Consultas relativas a matérias de competência do Tribunal;
- Fixação de Coeficientes de Participações Constitucionais;

As Primeira e Segunda Câmaras são compostas por quatro Ministros, atuando junto a cada uma delas os Ministros Substitutos designados e um representante do MPTCU (RITCU, art. 11, §§ 1º e 2º). O Plenário da Corte de Contas, por sua vez, é composto pelo conjunto de Ministros, sendo dirigido pelo Presidente do Tribunal.

O art. 15 do RITCU elenca os processos de competência do Plenário, em que se inserem, dentre outros, os processos de:

- Pareceres das Contas do Presidente da República;
- Solicitações do Congresso Nacional;
- Incidente de Uniformização de Jurisprudência;
- Consultas;
- Representação de Equipe de Fiscalização;
- Auditoria de Natureza Operacional

Já o Art. 17, a seguir reproduzido, delimita os tipos de processo apreciados pelas Câmaras do Tribunal:

Art. 17. Compete à Primeira e à Segunda câmaras deliberar sobre:

I – prestação e tomada de contas, inclusive especial;

II – ato de admissão de pessoal da administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal;

III – a legalidade, para fins de registro, de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão a servidor público e a militar federal ou a seus beneficiários;

IV – representação, exceto a de que trata a alínea I do inciso I do art. 15;

V – realização de inspeção, ressalvado o disposto na alínea j do inciso I do art. 15;

VI – relatório de fiscalização, exceto as de que tratam as alíneas "j", "l", "m" e "n", do inciso I do art. 15;

VII – pedido de reexame, recurso de reconsideração e embargos de declaração apresentados contra suas próprias deliberações, bem como agravo interposto a despacho decisório proferido em processo de sua competência.

§ 2º Não poderão ser apreciados pelas câmaras os processos que contenham propostas de fixação de entendimento sobre questão de direito em determinada matéria, de determinações em caráter normativo e de estudos sobre procedimentos técnicos, bem como aqueles em que se entender necessário o exame incidental de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público.

[...]

§ 4º Deverão ser remetidos para apreciação do Plenário os processos nos quais se entenda cabível, em grau de recurso, o exame de declaração de inidoneidade de licitante ou de inabilitação de responsável para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal.

No capítulo adiante, que trata da metodologia deste trabalho, serão detalhados os tipos de decisões do TCU, bem como os processos relatados mediante relação.

Existem duas situações em que o Tribunal trata a consolidação de sua jurisprudência de forma específica: na expedição de Súmulas de Jurisprudência e nos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência. Importante ressaltar que, por serem

menos comuns, esses casos deverão ser tratados em separado, mediante a implantação de funcionalidades à parte dentro do sistema a ser construído, que não integraram o escopo deste trabalho.

O art. 91 do RITCU trata do procedimento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência, nos seguintes termos: “Ao apreciar processo em que seja suscitada divergência entre deliberações anteriores do Tribunal, poderá o colegiado, por sugestão de ministro, ministro-substituto ou representante do Ministério Público, decidir pela apreciação preliminar da controvérsia, em anexo aos autos principais, retirando a matéria de pauta”.

O art. 85 do RITCU, por sua vez, trata da Súmula de Jurisprudência, que “constituir-se-á de princípios ou enunciados, resumindo teses, soluções, precedentes e entendimentos, adotados reiteradamente pelo Tribunal, ao deliberar sobre assuntos ou matérias de sua jurisdição e competência”.

Cabe, ainda, comentar sobre as partes do processo, que, conforme o art. 144 do RITCU, podem ser o responsável ou o interessado, não havendo necessidade de serem representados por advogado:

Art. 144. [...]

§ 1º Responsável é aquele assim qualificado, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e respectiva legislação aplicável.

§ 2º Interessado é aquele que, em qualquer etapa do processo, tenha reconhecida, pelo relator ou pelo Tribunal, razão legítima para intervir no processo.

Art. 145. As partes podem praticar os atos processuais diretamente ou por intermédio de procurador regularmente constituído, ainda que não seja advogado.

Por fim, nos processos do Tribunal de Contas cabem os seguintes tipos de recursos, elencados no art. 277 do RITCU:

- Recurso de reconsideração;
- Pedido de reexame;
- Embargos de declaração;
- Recurso de revisão; e
- Agravo.

2. Modelagem do sistema

2.1. Tipos de decisões do TCU e suas características

O problema de pesquisa a ser resolvido neste trabalho constituiu na modelagem e teste de um algoritmo que pudesse selecionar as decisões relacionadas a cada uma das normas de uma lei, a partir de uma base bruta de acórdãos do Tribunal de Contas da União.

Importante ressaltar que a base de dados contava apenas com decisões do tipo acórdãos. O Regimento Interno do TCU, em seu art. 67, reproduzido no parágrafo a seguir, define os tipos de decisões do Plenário e das Câmaras do Tribunal: instrução normativa; resolução; decisão normativa; parecer e acórdão.

Art. 67. As deliberações do Plenário e, no que couber, das câmaras, terão a forma de:

I – instrução normativa, quando se tratar de disciplinamento de matéria que envolva pessoa física, órgão ou entidade sujeita à jurisdição do Tribunal;

II – resolução, quando se tratar de:

a) aprovação do Regimento Interno, de ato definidor da estrutura, atribuições e funcionamento do Tribunal, das unidades de sua Secretaria e demais serviços auxiliares;

b) outras matérias de natureza administrativa interna que, a critério do Tribunal, devam revestir-se dessa forma;

III – decisão normativa, quando se tratar de fixação de critério ou orientação, e não se justificar a expedição de instrução normativa ou resolução;

IV – parecer, quando se tratar de:

a) Contas do Presidente da República;

b) outros casos em que, por lei, deva o Tribunal assim se manifestar;

V – acórdão, quando se tratar de deliberação em matéria da competência do Tribunal de Contas da União, não enquadrada nos incisos anteriores.

Parágrafo único. As deliberações previstas neste artigo serão formalizadas nos termos estabelecidos em ato normativo.

As instruções e decisões normativas tratam de disciplinamento de matéria sob a jurisdição do Tribunal, enquanto as resoluções cuidam de matéria administrativa e os pareceres são destinados à apreciação das Contas do Presidente da República. Sendo assim, apenas os acórdãos constituem deliberações que decidam determinado caso com base em uma lei, particularmente, com base na Lei n. 8.666/1993.

Assim, partiu-se de uma base de dados com todos os acórdãos do TCU para, ao final, obter-se uma tabela com decisões fundadas em normas da Lei n. 8.666/1993 que possam ser correlacionadas, pelo sistema, ao respectivo dispositivo legal.

2.2. Corte temporal

Primeiramente, foi feito um corte temporal na base de dados, o que configura uma seleção neutra do ponto de vista do produto que se deseja obter. Optou-se, assim, por selecionar apenas as decisões de 2019, para facilitar o trabalho na fase de testes, visando à manipulação de uma quantidade menor de dados.

2.3. Exclusão dos Acórdãos de Relação

Num segundo momento, foram afastados os acórdãos expedidos mediante relação, uma vez que não possuem conteúdo decisório relevante para o objetivo do trabalho, por se tratarem de casos, essencialmente, mais simples, de pequena quantia, pouco complexos, em que não tenham sido verificadas irregularidades, ou que, havendo, sejam de natureza formal ou tenham sido justificadas pelos gestores.

Uma das possibilidades que leva à expedição de um acórdão do tipo relação é quando a fundamentação da decisão é integralmente acolhida do parecer da Unidade Técnica do Tribunal ou do representante do Ministério Público junto ao TCU, nos casos em que opinarem pela regularidade ou regularidade com ressalva, quitação ou trancamento, em processos de Prestação ou Tomada de Contas Ordinárias ou Especiais.

Os acórdãos de relação também se aplicam às situações que lidem com irregularidade de pequena materialidade, de quantia inferior ao valor mínimo fixado anualmente pelo TCU em decisão normativa.

Além disso, podem ser expedidas no âmbito de auditorias e inspeções em que não tenham sido verificadas irregularidades pela Unidade Técnica e haja concordância por parte do Tribunal acerca dessas conclusões.

Podem ser objeto de decisões de recursos, quando a deliberação originária também tenha ocorrido mediante acórdão de relação e a decisão seguir pareceres convergentes da unidade instrutora e do MPTCU, no sentido de conceder provimento integral ao pleito ou de não o conhecer.

O art. 143 do Regimento Interno do TCU, transcrito a seguir, dispõe sobre os casos em que o TCU pode expedir Acórdãos mediante Relação, bem como daqueles que não podem ser prolatados nessa condição especial (§ 4º):

Art. 143. A critério do relator poderão ser submetidos, mediante Relação, ao Plenário e às câmaras, observadas as respectivas competências, os processos:

I – deprecação ou tomada de contas, inclusive especial, cuja proposta de deliberação:

a) acolher os pareceres convergentes do titular da unidade técnica e do representante do Ministério Público, desde que se tenham pronunciado pela regularidade, pela regularidade com ressalva, pela quitação ao responsável ou pelo trancamento;

b) acolher um dos pareceres que, mesmo divergentes, não concluam pela irregularidade;

c) acolher pareceres convergentes dos quais conste proposta de rejeição das alegações de defesa ou de irregularidade, desde que o valor de ressarcimento, acrescido dos encargos legais, seja igual ou inferior ao valor fixado pelo Tribunal, apartir do qual tomada de contas especial deverá ser imediatamente encaminhada para julgamento, observado o disposto no § 3º;

d) for pela regularidade ou regularidade com ressalva nos processos em que se levantar o estado de diferimento, nos termos do parágrafo único do art. 195;

II – de admissão e concessão de aposentadoria, reforma ou pensão cuja proposta de deliberação acolher os pareceres convergentes do titular da unidade técnica e do representante do Ministério Público, desde que se tenham pronunciado pela legalidade, ou, ainda que tenham sido pela ilegalidade, tratem exclusivamente de questão jurídica de solução já compendiada na Súmula da Jurisprudência;

III – referentes a auditorias e inspeções, exceto as mencionadas no § 4º, e outras matérias relativas a fiscalização de atos sujeitos a registro e de atos e contratos em que o relator esteja de acordo com as conclusões do servidor responsável pela análise do processo, ou, quando houver, da equipe de fiscalização, e com os pareceres das chefias da unidade técnica e do Ministério Público, se existente, desde que estes não concluam pela ocorrência de ilegalidade ou irregularidade;

IV – em que se apreciem recursos cuja proposta de deliberação acolher pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público, quando existente, que concluam pelo:

a) conhecimento e provimento total, quando a decisão recorrida tiver sido adotada em processos incluídos em Relação;

b) não conhecimento, observado o disposto no § 3º;

V – em que o relator acolha pareceres convergentes ou, na inexistência destes, formule proposta de deliberação acerca das seguintes matérias:

a) apensamento ou arquivamento de processos;

b) pedido de recolhimento parcelado de dívida que, se denegatório, observará o disposto no § 3º;

c) adoção de medida saneadora;

d) correção de erro material;

e) pedido de prorrogação de prazo fixado pelo Tribunal que, se denegatório, observará o disposto no § 3º;

f) não conhecimento de embargos de declaração, observado o disposto no § 3º;

g) conversão de processo em tomada de contas especial.

§ 1º Qualquer ministro, ministro-substituto convocado ou o representante do Ministério Público poderá requerer destaque de processo constante de Relação, para deliberação em separado.

§ 2º Os processos julgados ou apreciados consoante o rito previsto neste artigo receberão, no gabinete do relator, a devida formalização do acórdão proferido, nos termos estabelecidos em ato normativo.

§ 3º O acórdão proferido em processos constantes de Relação, em que haja deliberação pela rejeição das alegações de defesa, pela irregularidade de contas, pelo não conhecimento de recurso ou pela denegação de pedido de recolhimento parcelado de dívida ou de prorrogação de prazo, ou, ainda, pela ilegalidade do ato de admissão ou concessão previsto na parte final do inciso II deste artigo, conterá os considerandos nos quais estarão descritos todos os elementos e fatos indispensáveis ao juízo de mérito.

§ 4º Não poderão constar de Relação os processos que tratem de:

- I – proposta de aplicação de multa;
- II – proposta de fixação de entendimento prevista no art. 16, inciso V, de determinação de caráter normativo, de suspensão de pagamentos de parcelas de vencimentos, proventos e benefícios e de estudos sobre procedimentos técnicos;
- III – solicitação de qualquer natureza oriunda do Congresso Nacional, de suas casas ou comissões;
- IV – auditoria, inspeção ou acompanhamento realizado por solicitação do Congresso Nacional;
- V – auditoria, inspeção ou acompanhamento de obra pública determinado pela lei de diretrizes orçamentárias ou pela lei orçamentária anual da União;
- VI – obra pública incluída em plano de fiscalização;
- VII – auditoria operacional;
- VIII – auditoria ou inspeção classificada no Grupo II, na forma do § 5º do art. 141.

§ 5º (Revogado)

§ 6º A inclusão em Relação de processo de que trata a alínea d do inciso I do caput dar-se-á até o dia 1º de dezembro do exercício seguinte ao da apresentação das contas.

2.4. Seleção dos acórdãos que mencionam a Lei n. 8.666/1993

As deliberações do Tribunal, aí incluídos os acórdãos que não sejam proferidos mediante relação, são compostos, essencialmente, por três peças: relatório, voto e acórdão. Eventualmente, quando houver dissenso no Colegiado, deverá haver registro das ressalvas dos votantes.

O relatório do Relator deve conter, no mínimo, as conclusões do servidor que analisou o processo ou da equipe que procedeu a fiscalização, as conclusões da chefia da unidade técnica e do parecer do Ministério Público junto ao TCU. Integram o voto do Relator a fundamentação de sua análise de fato e de direito. O acórdão traz apenas a parte dispositiva da decisão de mérito do processo, sendo, normalmente, bastante sucinto. É o que determina o art. 69 do RITCU, *in verbis*:

Art. 69. São partes essenciais das deliberações do Tribunal:

- I – o relatório do relator, de que constarão, quando houver, o teor integral da parte dispositiva da deliberação recorrida quando se tratar de recurso, as conclusões da equipe de fiscalização, ou do servidor responsável pela análise do processo, bem como as conclusões dos pareceres das chefias da unidade técnica e do Ministério Público junto ao Tribunal, afora para os processos constantes de Relação, segundo as hipóteses do art. 143;
- II – a fundamentação com que o relator analisar as questões de fato e de direito, dispensada a elaboração de considerandos, exceto nos casos do § 3º do art. 143;
- III – o dispositivo com que o relator decidir sobre o mérito do processo;
- IV – as ressalvas, quando feitas pelos votantes.

Verificou-se, inicialmente, que, caso o processo, em seu decorrer, trate sobre matéria relacionada a algum dispositivo da Lei de Licitações e Contratos, a

menção à referida norma normalmente não é feita no acórdão. Por ser bastante sucinta, essa peça costuma referenciar aqueles dispositivos legais da Lei Orgânica do TCU (Lei n. 8.443/1992) que autorizam a medida tomada pelo Tribunal naquela decisão. Por exemplo, podem mencionar o fundamento legal que autoriza o Tribunal a fazer determinações ou recomendações, bem como citações, audiências ou oitivas, a expedição de medidas cautelares, o julgamento das contas dos gestores como regulares ou irregulares, a condenação em débito e o pagamento de multa por cometimento de irregularidade associada ou não a débito.

Sendo assim, optou-se por não buscar a referência textual da Lei de Licitações no acórdão.

Com relação ao voto, muito frequentemente, ao descrever os fundamentos de sua decisão, o Relator menciona o dispositivo da lei objeto da controvérsia ou irregularidade, que, no caso buscado neste trabalho, é a Lei n. 8.666/1993. Normalmente, há uma referência ao trabalho da unidade instrutiva, bem como ao parecer do representante do MPTCU, por uma concordância integral, parcial ou discordância.

Havendo concordância integral ou parcial e não se tratando de uma controvérsia relevante ou pioneira, mas de jurisprudência já assentada na Casa, esses fundamentos podem estar descritos de forma mais simplificada, eventualmente, sem que haja menção literal à Lei n. 8.666/1993 no voto. Isso quer dizer que, na maioria das vezes em que a decisão trate de jurisprudência relevante com relação à matéria discutida, a indicação literal ao dispositivo da lei constará do voto, caso contrário, essa referência aos termos legais poderá estar ausente, situação em que o Relator se reporta à análise da unidade instrutiva ou do MPTCU.

Sendo assim, optou-se por pesquisar a menção à Lei de Licitações e Contratos no voto, mas não somente nesta peça, visto que algumas decisões que tenham sido importantes para a consolidação da jurisprudência relacionada à determinada norma poderiam deixar de ser consideradas.

O relatório, em geral, possui a descrição e análise do caso, que, usualmente contempla a derradeira análise processual da Unidade Técnica da Corte, incluindo a instrução do Auditor Federal de Controle Externo, ou o relatório da equipe de auditoria, além dos posicionamentos do Diretor e do Secretário da unidade. Nos processos que demandam manifestação do *Parquet*, conta com o parecer do MPTCU.

Cabe ressaltar que esses elementos, apesar de presentes, não vinculam a proposta do relator e a decisão do Tribunal.

Conforme dito anteriormente, pode acontecer de o voto, embora trate de um caso que envolva a Lei n. 8.666/1993, não mencione literalmente algum de seus dispositivos, mas apenas referencie a análise contida no relatório. Nesses casos, pelo menos esta peça deverá fazer alusão aos termos da norma buscada.

Sendo assim, definiu-se que os termos de pesquisa também deverão ser pesquisados no relatório.

Cabe fazer uma observação visando a implantação de funcionalidade que aprimore o resultado da pesquisa, oferecendo ao usuário do sistema, prioritariamente, as decisões mais relevantes sobre determinado dispositivo. Frequentemente, quando se trata de jurisprudência de maior importância, a referência ao termo legal estará presente tanto no voto quanto no relatório, principalmente no primeiro. Portanto, poderá ser implantada alguma funcionalidade que verifique a ocorrência da alusão do dispositivo em ambas as peças, atribuindo prioridade à decisão na saída do sistema e exibição do resultado para o usuário.

2.5. *Strings* de pesquisa textual e conjunto de acórdãos com referência à Lei n. 8.666/1993

Primeiramente, optou-se por selecionar da base de dados apenas aqueles acórdãos que, segundo a metodologia acima descrita, fizessem referência à Lei n. 8.666/1993, sem que se atentasse para quais dispositivos a deliberação aborda.

Para tanto, foram feitas duas seleções na base de dados: dos itens que dispusessem das *strings* “8666” ou “8.666” no voto e dos que contivessem um desses dois termos no relatório. Em seguida, foi feita uma junção desses dois resultados, passando-se a ter um conjunto de decisões que contivessem menção às *strings* “8666” ou “8.666” apenas no relatório, apenas no voto e no relatório e no voto.

Considerou-se que esses seriam os cenários possíveis em que, muito provavelmente, a decisão selecionada conteria jurisprudência sobre determinado dispositivo da Lei de Licitações e Contratos.

Como resultado, considerando a metodologia aplicada até o momento, foi obtida uma tabela com 597 (quinhentos e noventa e sete) resultados.

Por observação, verificou-se que as entradas desse conjunto, de fato, estão de acordo com a seleção aplicada.

2.6. Pesquisa dos dispositivos

A partir do conjunto de dados descrito no item anterior, foi feita uma análise de como são feitas as referências textuais mais frequentes aos dispositivos da Lei n. 8.666/1993, de forma que o sistema a ser implementado, possa proceder à busca, para, ao fim, associar a deliberação ao dispositivo da Lei de Licitações que estará disposta na interface com o usuário.

Primeiramente, observou-se que uma mesma decisão pode conter referências a vários dispositivos da Lei n. 8.666/1993, pois um mesmo processo pode tratar de diversas irregularidades previstas naquela lei cometidas em um contrato, por exemplo. Sendo assim, a busca textual não deve exaurir no primeiro momento em que encontrar a menção aos termos do dispositivo, mas sim, pesquisar o texto por completo.

As referências mais comumente encontradas estão estruturadas como uma combinação dos itens a seguir:

“ ”	“ ”	art. X	da Lei 8.666
Alínea N do	caput do	artigo X	da Lei 8666
	inciso Y do		da Lei de Licitações
	inc. Y do		
	parágrafo único do		
	§ Z do		

Também podem estar dispostos na ordem inversa ou parcialmente inversa, como uma combinação dos seguintes itens:

Lei 8.666,	art. X	“ ”	“ ”
Lei 8666,	artigo X	caput	Alínea N
Lei de Licitações,	X	inciso Y	N
Lei 8.666		inc. Y	

		Y	
		parágrafo único	
		§ Z	

art. X	“ ”	“ ”	da Lei 8.666,
artigo X	caput	alínea N	da Lei 8666
X	inciso Y	N	da Lei de Licitações,
	inc. Y		
	Y		
	parágrafo único		
	§ Z		

Sendo assim, o sistema deverá pesquisar cada uma das combinações de *strings* nos formatos descritos acima, a depender da composição do dispositivo legal (se apenas artigo, ou se alínea de inciso de um artigo), associando o valor pesquisado ao item da tabela em que uma das possibilidades de referência escrita daquele dispositivo foi encontrado.

Foram encontradas, também, algumas decisões que, em todo seu teor, faziam referência apenas à Lei n. 8.666/1993, porém sem indicar nenhum artigo. Nesses casos, as decisões não possuem conteúdo jurisprudencial relevante relacionado à lei de Licitações e as entradas da tabela devem ser descartadas.

Como há várias soluções tecnológicas para a ferramenta, o escopo deste trabalho não chega a propor uma solução de algoritmo específico.

3. Características técnicas do sistema

3.1. Base de Dados dos Acórdãos do TCU

A base de dados contendo os acórdãos do TCU foi obtida do projeto “Dados Abertos – Acórdãos TCU”, disponível no site <<https://www.kaggle.com/ferraz/acordaos-tcu>>. O referido projeto extraiu as decisões publicadas no portal do TCU, disponível em <www.tcu.gov.br> e as armazenou em

uma base dados no formato “sqlite3” (.db), contendo todos os Acórdãos proferidos pelo TCU desde 1992 até 30/08/2019.

O banco de dados “tcu-acordaos.db” possui uma única tabela com os seguintes campos:

- id: campo identificador
- urn: auxiliar
- ano_acordao
- numero_acordao
- relator
- processo
- tipo_processo
- data_sessao
- numero_ata
- interessado_responsavel_recorrente
- entidade
- representante_mp
- unidade_tecnica
- repr_legal
- assunto
- sumario
- acórdão
- quórum
- relatório
- voto

Cabe observar que embora os dados originais provenientes do portal do TCU apresentem os números de CPF dos responsáveis, interessados e recorrentes na íntegra, o trabalho de extração inseriu uma máscara nos três primeiros e últimos números. Esse mesmo tratamento é adotado pelo Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>.

A documentação do projeto de extração dos Acórdãos do Portal do TCU para a base de dados está disponível no endereço <<https://github.com/netoferraz/acordaos-tcu>>.

O projeto de extração possui licença aberta, permitindo a qualquer pessoa obter cópia para lidar com o *software* sem restrição, sem limitações de direito de uso, cópia, modificação, fusão, publicação, distribuição, sublicenças ou vendas, conforme disponível em <<https://github.com/netoferraz/acordaos-tcu/blob/master/LICENSE>>.

A metodologia de desenvolvimento do *software* que extraiu os dados dos acórdãos do portal do TCU e os importou para o banco de dados “tcu-acordaos.db” está documentada em <<https://github.com/netoferraz/acordaos-tcu>>, nos seguintes termos:

A coleta ocorreu por meio de web crawling. O processo foi interativo e envolveu mais de uma abordagem. A primeira se deu pelo uso da biblioteca Selenium implementado pela classe AcordaosTCU localizada em scripts.crawler. O segundo approach foi feito pelo uso do scrapy por meio da classe ApiSpider localizado em crawlers.projects.api_acordaos.apiacordao.apiacordao.spiders.api.

As bibliotecas e arquivos do *software* encontram-se disponíveis em <https://github.com/netoferraz/acordaos-tcu/tree/master/crawlers/projects/api_acordaos/apiacordao>.

3.2. Plataforma de análise dos dados e construção do modelo

Para a construção da modelagem da ferramenta e análise dos dados, foi utilizada a ferramenta Dataiku Data Science Studio (DSS), FreeEdition, disponível em <<https://www.dataiku.com/product/get-started/>>.

A plataforma Dataiku DSS é bastante interessante pois permite a criação de um projeto, que possibilita armazenar as bases de dados relacionadas a um trabalho específico, bem como visualizar as operações aplicadas sobre elas para criação de novas tabelas.

A plataforma também é compatível com uma grande variedade de formatos de bases de dados, desde arquivos no formato CSV (Comma Separated Values), até os gerados pelos diversos tipos de provedores do padrão SQL (Structured Query Language), bem como NoSQL (Non Structured Query Language).

Por meio da ferramenta, foram gerados os arquivos intermediários referentes às etapas da construção e teste da metodologia deste trabalho descrita no capítulo anterior.

4. Conclusão

O presente projeto buscou desenvolver um modelo de funcionalidade de pesquisa de jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a Lei n. 8.666/1993.

O desenvolvimento partiu da base de dados bruta histórica dos acórdãos do TCU, porém, já inserida em uma base de dados com campos delimitados.

A documentação e a disponibilização na forma de código livre e aberto dessa ferramenta de extração e importação dos acórdãos disponíveis no portal do TCU para banco de dados permitem que ela seja adaptada para operar como entrada da funcionalidade ora apresentada, permitindo a importação da base de acórdãos atualizada a qualquer tempo.

O resultado final oferece, além do conjunto de decisões delimitadas a um corte temporal neutro dos acórdãos que mencionam a Lei n. 8.666/1993, uma lista de termos de pesquisa das normas, considerando a disposição da redação dos Acórdãos.

É importante ressaltar que, com relação ao conjunto de decisões obtido dessa pesquisa, todas, de alguma forma fazem referência à Lei n. 8.666/1993.

A partir dessa lista, apresentada na forma de uma combinação de variáveis que representam as normas de uma lei, é possível iniciar a fase seguinte de programação de uma ferramenta de pesquisa, que busque nos locais indicados neste trabalho as *strings* nos formatos propostos e realize a associação com as normas da Lei n. 8.666/1993 que estarão dispostas na interface com o usuário.

O trabalho também apresenta alguns critérios de classificação das decisões por relevância, de forma que também pode ser implementada funcionalidade para que seja oferecida ao usuário, prioritariamente, a jurisprudência que se enquadre nessas premissas.

Adicionalmente, é possível acrescentar ferramentas de validação e aprimoramento que permitam a lapidação e validação do resultado fornecido, por meio de ação humana, que pode ser de maneira interativa ou centralizada.

Por fim, propõe-se a expansão da ferramenta para a pesquisa de jurisprudência das decisões do TCU com base em outras leis. Seria interessante, em um primeiro momento, uma vez que já se dispõe de acesso à base de dados das decisões do Tribunal de Contas da União, estender a sistemática para outras leis no âmbito do Direito Administrativo que encontrem farta jurisprudência na Corte, tais

como a Lei Geral de Concessões e Permissões (Lei n. 8.987/1995), o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (Lei n. 12. 462/2011), a Lei do Pregão (Lei n. 10.520/2002), o Estatuto Jurídico das Empresas Estatais (Lei n. 13.303/2016), a Lei que trata do processo Administrativo Federal (Lei n. 9.784/1999), a Lei que trata de Bens Públicos (Lei n. 10.405/2002), assim como a própria Lei Orgânica do TCU (Lei n. 8.443/1992).

É possível também adaptar a metodologia descrita neste trabalho visando a oferta da jurisprudência de outros Tribunais com relação às demais normas do Sistema Jurídico Brasileiro, desde que se atente às particularidades intrínsecas à estrutura das decisões desses Tribunais.

5. Referências Bibliográficas

Miguel Reale. Lições Preliminares de Direito. 27ª Edição. São Paulo: Saraiva: 2003. p.167-178.

_____. **Jurisprudência.** Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/juridico/jurisprudencia_civil.htm>. Acesso em: 09 mar 2020.

BRASIL. Lei n. 8.443, de 16 de julho 1992.

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

DATAIKU. **Try Dataiku: Turn Raw Data into AI-Enabled Services.** Disponível em: <<https://www.dataiku.com/product/get-started/>>. Acesso em: 09 mar 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil); CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU. **Portal da Transparência do Governo Federal.** Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>> Acesso em: 09 mar 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, 2011. In: Boletim do Tribunal de Contas da União especial - Ano. 37, n. 24 (2018). Brasília: TCU, 2018.